

O Cartoon de António A prata da casa



A saúde tem de ser uma prioridade para os portugueses. Este é um lugar comum usado por todos os políticos porque tem a concordância da grande maioria das pessoas. O que é certo é que o não tem sido nos últimos anos. Há que cumprir o rigor orçamental diz Mário Centeno! E a saúde cada vez necessita de mais recursos financeiros, humanos e técnicos para poder oferecer aos cidadãos qualidade nas boas práticas. O desenvolvimento tecnológico e o acesso generalizado, abrangente e com equidade obrigam a que haja maior investimento

Este é seguramente um dos maiores problemas com que se debate qualquer governo e exige opções claras e escolhas assertivas

Como médico do SNS a nível hospitalar e seu apoiante desde sempre, gostaria de partilhar com os meus concidadãos como tenho vindo a assistir à sua progressiva degradação, motivada fundamentalmente por não haver uma política que o defenda e sustente.

É comum o partido do governo afirmar que existe uma campanha para denegrir o SNS e que o número de profissionais que o têm vindo a integrar aumentou o que não deixa de ser verdade, acompanhado de maior investimento na saúde, o que não é totalmente correto. Em termos de PIB já tivemos maior investimento em governos anteriores.

A minha grande desmotivação é acompanhada pela de muitos outros profissionais de todas as categorias (médicos, enfermeiros, técnicos, auxiliares) que trabalham no serviço público de saúde, alguns desde há muitos anos, e que partilham comigo este sentimento de frustração, sem visão estratégica nem futuro, o que leva muitos a procurarem satisfação e realização profissional noutras geografias ou noutros sectores, nomeadamente privado, onde o seu trabalho é reconhecido e dignificado. Sentimos todos os dias a desnatação crescente de recursos humanos de grande qualidade que formámos e em quem investimos e que estão a sair do SNS que deixou de ser minimamente atrativo. Esta é a realidade da grande maioria dos nossos hospitais da rede pública. Urge criar mecanismos que fixem os profissionais de saúde ao SNS.

Trabalho no maior hospital do país, referência nacional e internacional e escuso de adjectivar aquilo que muitos vivenciaram por experiência pessoal ou familiar ao longo dos tempos. O balanço é sem

Alma Grande A crónica do convidado

A Saúde não é uma prioridade. Vai continuar a ser assim?

Jacinto Monteiro



Ex-diretor do Serviço de Ortopedia do CHLN (Hospital de Santa Maria), professor catedrático jubilado de Ortopedia da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa

qualquer dúvida positivo! Mas, cada vez mais, à custa da abnegação e espírito de missão da maioria dos seus profissionais, que se sentem mais esquecidos e sem esperança pelos poderes vigentes.

Não é legítimo que se mantenham equipamentos em blocos operatórios que estão sucessivamente a sofrer avarias e onde a reparação do irreparável tem sido o lugar co-

mum. Não é aceitável que se mantenham consultas em funcionamento e em que é pedido aumento de mais e mais produção, quando depois não se dão condições para poder operar em tempo útil esses doentes que confiam na instituição, mas que vão ter o seu problema, que a maioria das vezes é cirúrgico, eternamente adiado não se sabe bem para quando.

Não é aceitável o governo continuar a fingir que está tudo bem e controlado e que constantes desregulações e disfuncionalidades do sistema são meros acontecimentos ocasionais e não relevantes para o excelente funcionamento do SNS!

A saúde é o bem mais precioso que todos temos, e os cidadãos confiam no seu serviço público como se comprova pela procura cada vez maior, muitas vezes exagerada e também indisciplinada, nomeadamente nas urgências, que é preciso redimensionar e profissionalizar de forma a dar uma resposta eficaz aos

doentes porque a urgência deve ser dirigida a eles.

Importa também clarificar e lembrar ao poder político que as necessidades das pessoas são muito maiores em termos de cuidados de saúde por razões de todos conhecidas, e alvo de uma multiplicidade enorme de reflexões, comissões e painéis de sábios que nos últimos tempos nos têm brindado com propostas

A MINHA GRANDE DESMOTIVAÇÃO É ACOMPANHADA PELA DE MUITOS OUTROS PROFISSIONAIS DE TODAS AS CATEGORIAS NO SERVIÇO PÚBLICO

NÃO É LEGÍTIMO QUE SE MANTENHAM EQUIPAMENTOS EM BLOCOS OPERATÓRIOS QUE ESTÃO SUCESSIVAMENTE A SOFRER AVARIAS

e pseudo-soluções, que, algumas, quando postas em prática se têm revelado ineficientes ou inexecutáveis.

Tomaram-se no passado recente algumas medidas politicamente corretas, como possibilitar a livre escolha dos cidadãos pelos hospitais fundamentalmente a nível dos serviços de urgência, o que veio trazer o caos para os hospitais mais solicitados, porque essa medida não foi acompanhada do aumento de recursos humanos e técnicos que possibilitassem responder em tempo útil a este acréscimo de procura com reflexos muito negativos na qualidade da resposta.

A reforma da rede hospitalar constitui uma necessidade sentida por todos os profissionais de saúde e que tem sido sucessivamente adiada. Vai mexer com interesses autárquicos e aqui a lógica eleitoral tem-se sobreposto sempre ao interesse público. Os hospitais não podem fazer tudo a todos nem são todos iguais, porque a diferenciação técnico-profissional exige experiência e boa alocação de recursos. Integrar todos os hospitais em rede sem os diferenciar pela sua qualidade constitui mediocratizar o sistema e não promover a meritocracia e diferenciação qualitativa. Exemplo disso é não diferenciar os hospitais universitários, que por definição constituem a rede de referência máxima do sistema, não os dotando de autonomia gestional e financeira para poder cumprir adequadamente a sua missão. Nivelar por baixo tem sido a tônica deste Governo.

As escolhas do poder político nas equipas de gestão do serviço público de saúde têm de se basear na qualificação reconhecida e nos resultados e não apenas na lógica obsessiva dos números muitas vezes sobrevalorizada e sem qualquer controlo de eficiência.

Saio muito preocupado com o rumo que o SNS tem vindo a trilhar nos últimos anos, fruto de um desinvestimento e de uma degradação progressiva de equipamentos, envelhecimento de recursos humanos e descrédito das instituições públicas de saúde.

É obrigação dos poderes públicos repensar a saúde e adaptar os recursos às necessidades dos cidadãos de uma forma adequada, motivando os profissionais, represtigiando as carreiras hospitalares através de concursos públicos programados e em tempo útil e não ao sabor das pressões eleitorais ou sindicais, de forma a criar um ambiente "saudável" a quem trabalha neste sector fundamental, indispensável ao desenvolvimento sustentado do país.